

NESTE NÚMERO

Em Março de 2004, realizou-se em Valparaíso, Chile, a **conferência sobre a parceria local entre a União Europeia e a América Latina**: «Balanço e perspectivas da cooperação descentralizada UE-América Latina no domínio das políticas urbanas», coordenada pela **Municipalidad de Valparaíso** em associação com a **Diputación de Barcelona**.

Os resultados, estabelecidos na «**Declaração de Valparaíso**» e no Documento de base, foram apresentados pelas mais altas autoridades dos organizadores no âmbito da **III Cimeira entre os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caraíbas e da União Europeia - ALCUE** (Guadalajara, 28 e 29 de Maio de 2004). Para além do que se adianta no presente número, estes documentos serão publicados num número especial de URB-AL/INFO.

Entre as principais conclusões desta conferência, destacou-se a importância da contribuição da cooperação descentralizada para a acção das autarquias locais na luta contra a pobreza e na promoção da coesão social para o seu fortalecimento institucional. Também se destacou o interesse dos participantes na continuação do Programa URB-AL, cujos resultados, até ao presente, dão conta de um balanço amplamente positivo.

Neste número poderão também encontrar os ecos das reuniões anuais das redes durante o primeiro semestre do ano e uma apresentação dos 6 projectos B seleccionados pela Comissão Europeia em Dezembro de 2003.

RICCARDO GAMBINI
Serviço de Cooperação EuropeAid – Chefe de Unidade E2

CARTA de INFORMAÇÃO
do **PROGRAMA URB-AL**,
programa horizontal de
cooperação descentralizada da
Comissão Europeia, destinado
às cidades, aglomerações e
regiões da União Europeia
e da América Latina



COMISSÃO EUROPEIA
EuropeAid
Serviço de Cooperação
Direcção América Latina



Valparaíso. Os participantes na Conferência.

PROJECTOS COMUNS SELECCIONADOS

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS 2004 – DATA-LIMITE: 30 ABRIL 2004 (REFERÊNCIA EUROPEAID/113113/C/G)

Coordenação dos projectos comuns

PROJECTOS COMUNS DO TIPO A			
Entidade coordenadora seleccionada	País	Título do projecto	Nº do projecto
Comune di Nardi	IT	PA.G.U.S – AL2	R6-A1-04
Municipio de Cuenca	ECU	Vinculación entre presupuesto participativo y las asociaciones público-privado con la economía social solidaria	R9-A1-04
Prefeitura de Diadema	BRA	La participación voluntaria en la planificación, ejecución y control social del presupuesto participativo	R9-A2-04
Ayuntamiento de Madrid	ES	Guía de buenas prácticas en la gestión financiera local	R9-A3-04
Ayuntamiento de Córdoba	ES	Participando en la gobernabilidad local: impacto de los presupuestos participativos en la administración pública local	R9-A4-04
Comune di Venecia	IT	El presupuesto participativo como instrumento de lucha contra la exclusión social y territorial	R9-A5-04
Comune di Roma	IT	PRACTICAR: laboratorio de prácticas para el fortalecimiento de las políticas públicas locales de lucha contra la nueva pobreza	R10-A3-04
Ayuntamiento de Málaga	ES	Análisis de indicadores sociales desde una perspectiva territorial	R10-A4-04
Ayuntamiento de Lloret del Mar	ES	Estrategias integradas para reducir la exclusión social	R10-A5-04
Prefeitura de Guarulhos	BRA	Potencialização do uso de sistemas de informação georreferenciados nos projetos de combate a pobreza de jovens da periferia urbana	R10-A9-04
Municipalidad de Villa María del Triunfo	PER	Pobreza extrema y hambre: respuestas participativas desde los gobiernos locales	R10-A10-04
Intendencia Municipal de Rosario	ARG	Estrategias participativas con perspectiva de género de inserción socio-laboral para mujeres	R12-A1-04
Mancomunidad de Tajosalar	ES	Procesos de empoderamiento y participación ciudadana en las mujeres	R12-A2-04
Ayuntamiento de St. Boi de Llobregat	ES	Formación y capacitación para mujeres	R12-A3-04
Intendencia de Tacuarembó	URU	Las nuevas tecnologías como apoyo a la emancipación social (TICES)	R13-A2-04
Municipalidad de Puerto Montt	CHI	Entrepreneurship network: ciudades en fomento de la cultura emprendedora	R13-A5-04
Ayuntamiento de San Sebastián - Donostia	ES	Aproximar las TIC a los ciudadanos mediante el aprendizaje permanente	R13-A7-04
Municipalidad de Calama	CHI	Elaboración y aplicación de una estrategia de intervención para abordar la delincuencia juvenil desde una mirada multicausal	R14-A2-04
Municipalidad del Maule	CHI	Disminución de la percepción de inseguridad de los habitantes	R14-A3-04
Provincia di Padova	IT	The Impact of Urban Plan on the Prevention of Crime	R14-A5-04
Prefeitura de Guarulhos	BRA	El protagonismo del gobierno local como articulador en la integración de políticas participativas de seguridad ciudadana	R14-A6-04
PROJECTOS COMUNS DO TIPO B			
Entidade coordenadora seleccionada	País	Título do projecto	Nº do projecto
Ayuntamiento de Barcelona	ES	Observatorios locales de la democracia participativa	R3-B1-04
Ayuntamiento de Barcelona	ES	Las nuevas tecnologías como herramienta de consolidación y apoyo a las microempresas	R4-B1-04
Ayuntamiento de Leganés	ES	Centro virtual para la prevención y tratamiento de la violencia intrafamiliar	R5-B1-04
Prefeitura de São Paulo	BRA	Centros locais de cidadania das mulheres como defensores da igualdade	R5-B2-04
Gemeente Utrecht	NL	MOVILIZATION: keeping cities accessible by promoting bicycle use	R8-B1-04
Provincia di Treviso	IT	O.R.o.S – Observatory for Road Safety	R8-B2-04

AGENDA

Reuniões anuais 2004-2005: Datas provisórias

REDE Nº - COORDENADOR	LOCAL	DATA
Nº 9 Prefeitura de Porto Alegre	Córdoba - España	Março de 2005
Nº 10 Prefeitura de São Paulo	São Paulo - Brasil	17-19 de Fevereiro de 2005
Nº 12 Diputación de Barcelona	Montevideo - Uruguay	Abril de 2005
Nº 13 Freie Hansestadt Bremen	Miraflores (Lima) - Perú	3-4 de Novembro de 2004
Nº 14 Municipalidad de Valparaíso	Valparaíso - Chile	9-10 de Setembro de 2004

COORDENADA PELA DIPUTACIÓN DE BARCELONA

Promoção das mulheres nas instâncias de decisão locais

De 21 a 23 de Abril de 2004, reuniram-se em Barcelona 138 representantes de cidades e instituições locais latino-americanas e europeias, todas elas membros da rede URB-AL N° 12 «Promoção das mulheres nas instâncias de decisão locais», para a primeira reunião anual desta rede.

O encontro, primeira reunião anual da rede, teve como lema **«Para uma plena cidadania das mulheres»**. Na sua sessão plenária, o encontro contou com a colaboração de oradoras conhecidas especialistas e feministas, como Amelia Valcárcel, Carmen Martínez Ten e Helle Degn.

O trabalho dos participantes articulou-se em torno dos quatro grupos de trabalho ou eixos temáticos seguintes:

- Estratégias de fomento da participação das mulheres na tomada de decisões e acesso a postos de liderança.
- Planeamento de políticas em matéria de igualdade de género a nível local.
- Nova concepção das cidades na perspectiva das mulheres.
- Formação política das mulheres e promoção das questões de género nos meios de comunicação.

Os debates nos grupos de trabalho resultaram na inventariação de prioridades para a acção.

É preciso aumentar a **participação de base de todas as mulheres** em todos os sectores da sociedade e da vida pública. Neste sentido, é especialmente importante promover acções destinadas às mulheres jovens.

Esta política deve ser apoiada por uma série de medidas concretas: campanhas de sensibilização da população, legislação, normativas e medidas que tornem efectiva a democracia paritária. A participação dos cidadãos deve ser um dos elementos básicos das políticas locais nas questões de género.

O planeamento das políticas locais de igualdade deveria apoiar-se num diagnóstico participativo, que envolva homens e mulheres e que reflita o ponto de vista dos vários grupos sociais. Estas políticas devem ter carácter transversal, na medida do possível, e contar com os recursos necessários para as levar a cabo.

A nova concepção das cidades na perspectiva das mulheres deve partir da inventariação dos elementos da cidade que favorecem as mulheres, que ajudam a aumentar a sua qualidade de vida e apoiam a sua participação na vida dos cidadãos. As próprias mulheres devem ser a fonte principal deste diagnóstico. A segurança dos cidadãos, a mobilidade e o transporte, o modelo de habitação e a localização dos serviços públicos são temas centrais do ponto de vista da qualidade de vida das mulheres nas cidades, pelo que se deve contar com a sua participação

na tomada de decisões sobre os mesmos, bem como no planeamento urbanístico geral.

A **formação política** das mulheres é essencial para promover o seu acesso a postos de liderança e a sua participação no poder local. As mulheres devem ser objecto de acções de formação em matéria de liderança, é necessário inventariar e reconhecer as suas capacidades de liderança, bem como os obstáculos que encontram ao desenvolvimento das mesmas.

A formação deve preparar as mulheres para a vida política e usarem os melhores e mais eficazes meios ao seu alcance. Por isso, na formação deve ser abordado o conhecimento dos direitos humanos e políticos das mulheres, bem como a aprendizagem das capacidades de auto-afirmação, de comunicação, negociação e exercício da liderança política.

Do seminário resultaram **13 propostas de projectos comuns** para apresentar à Comissão Europeia, que são resumidas mais adiante.

Finalmente, todas as pessoas participantes no seminário valorizaram muito positivamente a oportunidade deste encontro, cujos trabalhos e conclusões serão incluídos no Fórum 2004, no âmbito do Fórum-Mulher que terá lugar no próximo mês de Julho. ■



Rede 12. Sessão inaugural da reunião anual

COORDENADA PELA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Orçamento participativo e financiamento local

A Prefeitura de Porto Alegre organizou o seminário de lançamento da Rede 9 “Financiamento Local e Orçamento Participativo” de 26 a 28 de Fevereiro de 2004. Há que recordar a importância da experiência de Porto Alegre na concepção, implementação e desenvolvimento do orçamento participativo. Interessa destacar o interesse de todos – europeus e latino-americanos – por esse novo instrumento democratizador das finanças locais e da vida da cidade, que combina participação dos cidadãos com eficácia na gestão dos recursos financeiros.

Integraram a mesa da sessão de abertura o Ministro das Cidades do Brasil, Olívio Dutra, o Prefeito de Porto Alegre, João Verle, o Intendente de Montevideo e presidente da Rede Mercocidades, Mariano Arana, a Prefeita de Alvorada (Brasil) e representante da Frente Nacional de Prefeitos, Stela Farias, o representante da Comissão Europeia, Marc Rimez, e o coordenador geral da Rede 9, Eduardo Mancuso.

Nos discursos dos membros da mesa, destacou-se o importante papel dos municípios no desenvolvimento dos países. Stela Farias mencionou o crescente interesse pelo tema da gestão participativa e o poder de transformação que ela pode conseguir, mesmo num contexto local de enormes dificuldades. Mario Arana, por sua vez, destacou a necessidade de conjugar aspectos locais e regionais com as ligações internacionais. Assinalou a participação dos cidadãos como forma de consolidação e aprofundamento das instituições democráticas, proporcionando uma luta frontal contra a marginalização e a exclusão social e a procura da solidariedade e da justiça social.

Marc Rimez destacou o papel mais forte desempenhado pelas cidades na última década na questão da cooperação internacional e o seu papel decisivo na melhoria das condições sócio-económicas e da qualidade de vida dos seus cidadãos. Apresentou tam-

bém uma breve história do programa URB-AL, bem como respectivos objectivos.

O Ministro Olívio Dutra ressaltou as políticas urbanas integradas realizadas pelo Ministério das Cidades na procura de um processo de democracia que se radicalize constantemente e se abra à intervenção directa das pessoas nas políticas urbanas. Salientou a vontade do Presidente Lula de que esta relação horizontal, de respeito entre as prefeituras nos intercâmbios, se fortaleça, de que a participação comunitária produza acumulações diferenciadas na gestão democrática do espaço público e aperfeiçoe a relação da democracia representativa com a democracia participativa. Segundo esta abordagem, cada pessoa não constitui um simples observador, mas sim um actor, protagonista das mudanças a nível local.

A encerrar a sessão de abertura, o Prefeito João Verle mencionou o papel de Porto Alegre na construção do orçamento participativo e o facto de Porto Alegre não pretender ter uma receita ou uma fórmula de participação popular pronta, mas sim ser uma referência para outras experiências. Devido a estas políticas, Porto Alegre despertou a atenção de organismos financeiros internacionais como o BID ou o Banco Mundial, que sugeriram a sua prática porque esta serve para combater o desperdício e a corrupção a partir do controlo dos gastos pela própria população.

Durante a tarde, Sérgio Baieler e Yves Cabannes, autores do documento de base da Rede, expuseram as suas principais conclusões com base na experiência de Porto Alegre e no estudo realizado em 25 cidades da América Latina e da Europa. A exposição foi seguida por um intenso debate com o público.

As actividades abertas ao público contaram com a participação de cerca de 400 pessoas. Os grupos de trabalho foram reservados aos 190 representantes de membros e parceiros externos, provenientes de 73 cidades da América Latina e 17 cidades da Europa, representando 12 países destes dois continentes. Participaram, também, 36 observadores, entre os quais a representante da Delegação da Comissão Europeia no Brasil, Maria Cristina Araújo.

Para desenvolver as propostas de projectos comuns, os participantes optaram por grupos de trabalho de acordo com quatro eixos temáticos: «Orçamentos participativos: formas de participação, poder de decisão e controlo social»; «O papel político do orçamento participativo: relações com os legislativos e debate sobre a institucionalização»; «Finanças municipais, controlo dos recursos públicos e financiamento local» e «Articulação entre orçamento participativo e planeamento». Dos grupos de trabalho resultaram 27 ideias de propostas que foram apresentadas em sessão plenária no último dia do evento.

Sob a coordenação dos proponentes, os membros da Rede 9 estão a analisar e a aperfeiçoar as várias ideias de propostas, que se encontram disponíveis na página web da Rede. A coordenação da Rede 9 estabeleceu as datas de 30 de Março de 2004 e 30 de Setembro de 2004 como prazo para a entrega das propostas, que serão transmitidas à Comissão Europeia até 30 de Abril de 2004 ou 31 de Outubro de 2004.

O próximo seminário anual da Rede 9 está previsto para Março de 2005 em Córdova, Espanha.



Porto Alegre. Sessão inaugural do seminário de lançamento

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/URBAL/>

O documento de base: uma compilação e sistematização das experiências de orçamento participativo.

O orçamento participativo ganha cada vez maior importância como factor de impulso do financiamento local nas distintas experiências realizadas na América Latina e na Europa. O documento de base, apresentado durante o seminário de lançamento, faz um estudo das estruturas e novas possibilidades de desenvolvimento desse instrumento de participação popular na gestão pública. Yves Cabannes e Sérgio Baierle foram os especialistas da Rede que analisaram 25 cidades que já utilizam o orçamento participativo.

Baierle (ONG Cidade no Brasil) começou por observar que as experiências de orçamento participativo não se desenvolvem a partir de um modelo de um projecto, inserem-se dentro de determinados contextos. Na análise das experiências com orçamento participativo, são elementos relevantes o desenvolvimento institucional de cada país, região, cidade, processos políticos, modo de eleição, estrutura partidária, enfim, a estrutura de cada país no sentido da distribuição dos recursos públicos. Segundo Baierle, a tradição e a estrutura organizativa das cidades cumprem um importante papel no orçamento participativo, principalmente através do modo de organização da população, do funcionamento dos movimentos sociais e da estrutura de representação nestes movimentos. Outro aspecto relevante é a organização partidária: é necessário que existam partidos políticos suficientemente arregados que possam canalizar as propostas que vêm da sociedade. Baierle destacou a variedade de orçamentos participativos no estudo (só no Brasil já existem cerca de 160 experiências de orçamento participativo). O especialista sublinhou algumas questões fundamentais que se apresentam na execução e concretização do orçamento participativo tais como, por exemplo, qual o espaço da política, qual o papel dos agentes sociais, como desenvolver políticas activas de devolução de poder aos cidadãos, o que vem depois da participação. O orçamento participativo é um processo que, em Porto Alegre, vem de uma longa história de organização popular. À medida que as conquistas básicas se vão consolidando, verifica-se o surgimento de outras prioridades até então relegadas para segundo plano, como por exemplo em Porto Alegre, no último ano, a prioridade em matéria de educação. Baierle terminou a apresentação afirmando que a tendência do orçamento participativo é a de integração com o planeamento.

Yves Cabannes, assessor das Nações Unidas, destaca a existência de uma grande variedade de modelos de orçamento participativo, que é um processo em constante evolução. A avaliação feita no documento base é um reflexo da diversidade, como por exemplo na dimensão das cidades: desde pequenas cidades até megacidades. Segundo Cabannes, são três os grandes momentos do orçamento participativo: quando aparece em 1989 em cidades como Porto Alegre, Montevideo e Santo André; depois numa segunda fase, a partir de 1997, a qual chamou de «massificação brasileira», onde mais de 100 municípios iniciaram o processo, e a fase actual, desde 2000, de expansão e diversificação. Apesar desta gama de experiências, coloca-se a pergunta de como diferenciar os orçamentos participativos segundo diferentes dimensões: a participativa, a financeira e orçamental, a normativa e a territorial. Dentro dessas

dimensões, o perito trabalha com 10 variáveis como a forma de democracia, quem tem o poder de decisão, qual é o órgão de decisão, qual é a lógica instrumental de participação. Na reflexão sobre as finanças municipais constatou-se que o grau de autonomia financeira é limitado e que as transferências dos governos centrais são um elemento determinante para o orçamento participativo. Segundo Cabannes, não se pode pensar em orçamento participativo sem entender a especificidade de cada cidade e sem entender o limite da cobrança fiscal. Outra questão analisada foi o impacto do orçamento participativo sobre a cobrança fiscal e a autonomia financeira do município. O que se viu foi uma redução da insolvência, uma tomada de consciência dos cidadãos sobre os limites das finanças e dos recursos municipais, o trabalho voluntário para as obras aprovadas, custos evitados em manutenção, vandalismo evitado e dinamismo do capital social para o benefício público. Na dimensão participativa encontramos, entre outras, a questão do nível de participação dos membros da sociedade historicamente marginalizados e dos mais pobres. Já existem acções afirmativas no sentido da inclusão dessas pessoas no orçamento participativo. Outra contribuição positiva do orçamento participativo foi a transparência que depende da qualidade de comunicação para que a comunidade passe a confiar no mecanismo. A comunicação é feita através de reuniões públicas, brochuras e informação digital (Internet). Por fim, Cabannes declarou que o orçamento participativo é uma forma distinta de viver a democracia.



Porto Alegre. Sessão do Conselho do Orçamento Participativo

COORDENADA PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Luta contra a pobreza urbana

A conferência «Pobreza Como Violação dos Direitos Humanos», segundo encontro anual da Rede 10, foi realizada em São Paulo, de 17 a 19 de Fevereiro. Reuniu 176 representantes de governos locais e de entidades da sociedade civil da América Latina e da Europa, num total de dezassete países.

Os trabalhos foram abertos pela Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, pelo Ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, pelo embaixador da União Europeia no Brasil, Alberto Navarro, e pelos secretários municipais que fazem parte do grupo coordenador da Rede 10.

Para desenvolver o tema da conferência foram convidados um especialista latino-americano, o Prof. Julio Boltvinik, do Colegio de México, e um europeu, o presidente do Conselho de Desenvolvimento Económico e Social de Portugal, Prof. Alfredo Bruto da Costa (para mais informações sobre as conferências, consulte <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/urbal/conferenciadelancamento/0001>).

Trabalhos em grupo

Após a abertura, os participantes foram divididos em cinco eixos temáticos, com o objectivo de trocar experiências, aprofundar o debate e desenvolver ideias para futuros projectos comuns de tipo A.

Os eixos foram os seguintes:

- Desenvolvimento local, trabalho, receita e microcrédito: construção da autonomia e papel das políticas de emancipação. Coordenação: Secretário do Desenvolvimento e Trabalho, Márcio Pochmann.
- Acordos de cooperação de políticas integradas intra/inter cidades. Coordenação: Secretário das Relações Internacionais, Kjeld Jakobsen.
- Redes de protecção social e supervisão dos riscos sociais. Coordenação: Secretária da Assistência Social, Aldaíza Sposati.
- Políticas de educação como estratégia de operacionalização da rede de protecção



Rede 10. Grupos de trabalho

social. Coordenação: Secretária da Educação, Maria Aparecida Perez.

- Habitação social, urbanização, inclusão territorial e segurança na propriedade. Coordenação: Secretário da Habitação, Paulo Teixeira. Para cotejar os textos-base de discussão nos grupos, consulte http://www.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/urbal/conferenciadelancamento/material/caderno_portugues.pdf.

No final dos trabalhos nos eixos temáticos foram elaboradas 28 propostas de projectos comuns de tipo A, das quais dez farão parte do convite à apresentação de propostas de Abril do Programa URB-AL.

Avaliação

Na conferência foi também apresentado um questionário para a avaliação dos trabalhos pelos participantes. Destes, 88% responderam que as exposições tinham contribuído para aumentar bastante os seus conhecimentos. Para 98%, os debates ajudaram na construção do projecto comum de tipo A. Entre outros aspectos positivos assinalados, estão a organização da conferência, o local de realização e a tradução simultânea. ■

<http://www.prefeitura.sp.gov.br>

Carta de San Salvador sobre a pobreza urbana

«Nós, os e as representantes das cidades de San Salvador, San José, La Habana, Ciudad de Guatemala, Tegucigalpa, Managua, Ciudad de Panamá, Ciudad de México, São Paulo, reunidos e reunidas no Primeiro Seminário Regional para a América Central, o México e as Caraíbas da Rede 10 - Luta contra a Pobreza Urbana do programa URB-AL realizado nos dias 28 e 29 de Fevereiro de 2004 na Ciudad de San Salvador; capital de El Salvador declaramos:

A realidade de pobreza e exclusão que flagela o mundo e, especialmente, as zonas geográficas chamadas subdesenvolvidas é produto da construção da nova ordem económica mundial, que na sua mundialização desatendeu à dignificação do ser humano e à garantia das suas necessidades primárias.

As cidades da América Latina e das Caraíbas concentram aproximadamente 70% da

pobreza, o que significa que carecem desaperadamente de serviços e de políticas públicas geradoras de acesso e de oportunidades para as maiorias.

A pobreza absoluta ou relativa e, em especial, a exclusão social é um fenómeno multidimensional que não pode ser identificado somente pelo aspecto do rendimento. É fundamental abordá-lo a partir da não aten-

ção às necessidades fundamentais e, em especial, à garantia do exercício, respeito e cumprimento dos direitos humanos de todos e todas. É preciso atacar a desvalorização do ser humano, a rejeição de grandes segmentos populacionais, a perda de identidade, a ruptura dos laços comunitários e da solidariedade dentro da sociedade. Devemos recuperar a esperança e lutar pela inclusão.

A Rede 10 organizou, em colaboração com a Rede 9, um primeiro encontro regional com o México, a América Central e Cuba, em San Salvador

Cerca de 300 representantes de cidades de todos os países da América Central, do México e de Cuba participaram no primeiro encontro regional promovido pela Rede 10 – “Luta contra a Pobreza Urbana”, que se realizou entre 28 e 29 de Fevereiro de 2004, em San Salvador (El Salvador), e que contou também com a participação de representantes da Rede 9 – “Financiamento Local e Orçamento Participativo”, coordenada por Porto Alegre (Brasil).

O objectivo deste encontro regional era aumentar a participação das cidades da região centro-americana no Programa URB-AL, fragilidade detectada na Conferência de lançamento da Rede 10. Além disso, procurou-se trocar experiências em matéria de combate à pobreza e de conhecimento sobre cooperação internacional entre governos locais. «A estratégia do encontro regional é fortalecer novas adesões, permitir a participação e o intercâmbio de experiências com governos que têm dificuldades orçamentais para participar ou pouca experiência na cooperação internacional», assinala Sinoel Batista, coordenador executivo da Rede 10. O coordenador executivo da Rede 9, André Passos, partilha desta análise, já que, segundo ele, este encontro regional, além de identificar as várias possibilidades de cooperação no âmbito do orçamento participativo, marca um novo momento no Programa URB-AL. Em primeiro lugar, inova ao regionalizar de maneira sistemática as discussões das redes. Em

segundo, cria a figura da acção conjunta entre redes, neste caso as Redes 9 e 10.

Financiamento

Como o Programa URB-AL não prevê recursos para as conferências regionais, o caminho encontrado para a sua realização foi o de estabelecer associações temporárias com a Alcaldía de San Salvador, a Fundação Friedrich Ebert (FES) e a União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI). Houve apoio também da delegação da União Europeia na região, do Banco Mundial e do PNUD/América Latina e Caraíbas.

Nos dois dias do encontro, foram debatidos os conceitos de pobreza e exclusão social, as formas de enfrentar a pobreza, especialmente através de estratégias deliberadas pelo orçamento participativo, no âmbito local. Procuraram-se, pois, mecanismos para permitir a evolução de associações tempo-

rárias para várias outras acções em conjunto entre as Redes do Programa URB-AL, a União Europeia e outros representantes da sociedade civil. No final, foi elaborada a Carta de San Salvador, que estabelece as directrizes para colaboração entre todos os participantes (ver extractos adiante e a versão integral em www.urbal10.sp.gov.br).

Próximos encontros

O êxito do 1º Encontro possibilitou a **construção de uma agenda que permitirá a realização de eventos semelhantes** na cidade do México, entre os dias 19 e 20 de Agosto. Seguir-se-ão eventos em Sucre, Bolívia – em Setembro – e noutras regiões da América Latina e da Europa, ainda em fase de programação. O desafio, de acordo com os coordenadores executivos, Sinoel Batista e André Passos, é fazer participar mais redes nos próximos eventos. ■

Valorizamos positivamente a aliança (composta por: REDE URB-AL 10 – «Luta contra a pobreza urbana», Prefeitura de São Paulo, Alcaldía Municipal de San Salvador, União de Cidades Capitais Ibero-Americanas- UCCI - e Fundação Friedrich Ebert – FES) que possibilitou a realização deste importante encontro, o que nos anima a continuar e somar esforços para realizar no futuro projectos e acções comuns.

Propomo-nos trabalhar em conjunto e em cada um dos nossos países no sentido de:

- Reforçar a democracia, a participação e a co-gestão dos cidadãos, assegurando a

equidade dos géneros e o respeito pelos grupos religiosos e étnicos.

- Reforçar a descentralização das estruturas dos governos nacionais na direcção dos governos locais.
- Reforçar a transparência na gestão e utilização dos recursos públicos.
- Tornar as políticas públicas universalmente acessíveis.

Como confirmação da nossa aliança e perspectiva comum do fenómeno a combater, propomo-nos:

- Reforçar as redes e associações existentes que persigam acções e projectos

comuns de combate à pobreza e promoção da inclusão social nas nossas cidades.

- Estabelecer uma agenda comum que identifique áreas e acções pontuais da estratégia de inclusão social.
- Dinamizar, a partir das cidades capitais e de outras cidades da região, o processo de integração e cooperação regional.

Agradecemos e reconhecemos a participação dos representantes de Porto Alegre, Quetzaltenango, San Juan e a partilha das experiências de execução das políticas de desenvolvimento local.» ■

Coordenada pela municipalidad de Valparaíso

De 22 a 24 de Março de 2004 teve lugar em Valparaíso, Chile, a Conferência sobre parceria local entre a União Europeia e a América Latina: “Balanço e perspectivas da cooperação descentralizada entre autarquias locais da União Europeia e da América Latina no terreno das políticas urbanas”.

Como qualquer experiência inovadora, a cooperação descentralizada entre autarquias locais da América Latina e da Europa implica um processo de aprendizagem contínua. Para fortalecer este processo é necessário, por um lado, conseguir um equilíbrio entre os seus resultados e as limitações e, por outro, reflectir sobre as suas perspectivas à luz da experiência de colaboração dos últimos anos, e do «saber fazer» das referidas autarquias na prática da gestão local.

Com este propósito, a Comissão Europeia seleccionou o consórcio constituído pela **Municipalidad de Valparaíso e pela Diputación de Barcelona** para coordenar o projecto «Conferência sobre parceria local entre a União Europeia e a América Latina: **Balanço e perspectivas da cooperação descentralizada entre autarquias locais da União Europeia e da América Latina no terreno das políticas urbanas**».

A conferência contou com a participação de mais de 30 intervenientes-chave – especialistas e representantes de governos locais e regionais europeus e latino-americanos - com



Grupo de trabalho

experiência em cooperação descentralizada, bem como representantes da Comissão Europeia e da Diputación de Barcelona.

Os participantes organizaram-se em três grupos de trabalho: «Balanço da cooperação descentralizada entre autarquias locais da União Europeia e da América Latina no terreno das políticas urbanas»; «Modos de fazer: intervenientes, gestão e financiamento» e «Perspectivas da cooperação descentralizada entre autarquias locais da União Europeia e da América Latina no terreno das políticas urbanas».

Na tarde de 24 realizou-se a sessão plenária, onde foi apresentado um resumo das principais ideias avançadas nos grupos de trabalho. Entre elas destacou-se a importância da contribuição da cooperação descentralizada para a acção dos governos locais na luta contra a pobreza e na promoção da coesão social. Propôs-se criar um espaço de diálogo político entre os governos locais da União Europeia e da América Latina, bem como um observatório da cooperação descentralizada que permita a compilação, sistematização e difusão dos resultados dos projectos. Destacou-se igualmente o interesse dos participantes na continuação do Programa URB-AL, cujos resultados até ao presente dão conta de um balanço amplamente positivo.

Tanto para o caso específico de URB-AL como para toda a cooperação descentralizada, foram propostas alternativas para otimizar os seus «modos de fazer».

Os resultados, que figuram na Declaração e no Documento de base, estiveram apresentados pelas mais altas autoridades dos organizadores no âmbito da III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e das Caraíbas/União Europeia ALCUE (México, 28 e 29 de Maio de 2004). Serão igualmente publicados num número especial de URB-AL/INFO.

Os resultados foram também desde já apresentados no Congresso da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA), que teve lugar em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) de 19 a 21 de Abril. Na ocasião, este Congresso resolveu «manifestar o seu apoio à Declaração de Valparaíso (...) defendendo as iniciativas que tenham por objectivo dar continuidade aos programas e projectos de cooperação descentralizada que contribuam para a aproximação entre governos locais e regionais de ambas as regiões». Estes documentos foram apresentados durante a reunião de criação da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, que teve lugar em Paris de 4 a 6 de Maio. ■

<http://www.conferenciaurbal2004.cl/>



Sessão de encerramento da conferência

Declaração de Valparaíso

Com base nos trabalhos da Conferência, a Municipalidade de Valparaíso e a Diputación de Barcelona redigiram e assinaram a «Declaração de Valparaíso», que retoma as principais conclusões do documento de base e dos trabalhos da Conferência. Transcrevem-se a seguir algumas passagens relevantes. O texto integral encontra-se na página web da Conferência e foi publicado conjuntamente com a versão final do Documento de base.

1- A pobreza, a desigualdade e a exclusão social constituem os problemas mais urgentes a enfrentar pela América Latina. (...) Resolver estes problemas com políticas de incremento da coesão social através da redução da pobreza, da desigualdade e da exclusão constitui uma prioridade para a América Latina. Dado que as autarquias locais são os níveis de governo mais próximos das necessidades e realidades dos cidadãos, a referida prioridade constitui um campo de trabalho privilegiado para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

É por isso que reconhecemos o papel decisivo dos governos locais e regionais da América Latina na luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, e na promoção da coesão social e do desenvolvimento económico.

2- Nos últimos anos, as autarquias locais têm desempenhado um papel significativo na cooperação internacional. A cooperação descentralizada manifesta-se de maneira directa no reforço dos processos de mudança estrutural e de democratização, favorecendo a ampliação dos espaços de intervenção e o compromisso dos diferentes intervenientes da sociedade civil. A cooperação descentralizada provou também ser um mecanismo efectivo para a aprendizagem mútua de órgãos de representação local e um instrumento valioso para o fortalecimento das suas capacidades institucionais. (...)

4- Nos últimos anos criaram-se vários programas, projectos e acções de cooperação

descentralizada entre entidades locais da União Europeia e da América Latina no terreno das políticas urbanas, promovidas tanto por instituições de carácter local e regional, como pela própria Comissão Europeia e outros organismos multilaterais. Valorizamos as suas contribuições para o desenvolvimento urbano de ambas as regiões e **reafirmamos a importância de prosseguir e aprofundar este tipo de iniciativas. Neste sentido, e dadas as prioridades da América Latina, recomendamos que a cooperação descentralizada se oriente principalmente para o reforço da acção dos governos locais no âmbito da coesão social. Propomos que esta prioridade de trabalho, juntamente com a integração regional, constituam os eixos transversais que articulem e dêem sentido às intervenções de apoio às políticas locais** (de combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão; relativa aos migrantes, aos jovens, à cultura, à educação; etc.). Da mesma maneira, sublinhamos a importância de ter em conta nas iniciativas descentralizadas a procura de apoio institucional predominante entre os governos locais, e o reconhecimento por parte destes da importância dos mecanismos de intercâmbio de experiências em matéria de políticas urbanas.

5- Em particular, **destacamos o nosso interesse na continuação do Programa URB-AL** da Comissão Europeia, cujos resultados até ao presente dão conta de um balanço positivo em termos de consolidação dos vínculos directos e duradouros entre entidades locais europeias e latino-ameri-

canas, da sua contribuição para o reforço institucional dos municípios e de difusão e aplicação de boas práticas no terreno das políticas urbanas. (...)

6- A necessidade urgente de criar um mecanismo de difusão e registo institucional das experiências de cooperação descentralizada, dos seus resultados e impactos, é sentida por todas as autarquias locais da União Europeia e da América Latina. Com isso pretende-se não só salvaguardar o património da cooperação descentralizada, como também multiplicar os seus resultados e benefícios.

É por isso que **recomendamos a criação de um Observatório ou Centro de Recursos** destinado à compilação, sistematização e difusão de resultados e impactos da cooperação descentralizada entre entidades locais europeias e latino-americanas. O Observatório poderá, também, dar resposta a outros dois défices da cooperação descentralizada: o défice de produção de conhecimento e de reflexão sistemática sobre os programas e seus resultados; e a ausência de dados comparáveis e indicadores que registem o impacto das intervenções. (...)

11- Do ponto de vista das autarquias locais europeias e latino-americanas, reafirmamos os nossos laços históricos e culturais, bem como os princípios e valores comuns ratificados em Madrid em Maio de 2002. Nesta base, consideramos indispensável criar um espaço **de diálogo político** entre autoridades locais da União Europeia e da América Latina, que permita reforçar as acções que a nível técnico se desenvolvem no campo da cooperação descentralizada e ao mesmo tempo potenciar a concertação política no âmbito da associação estratégica bi-regional acordada no Rio de Janeiro em 1999. ■

Stadt Karlsruhe: O projecto «Resíduos nas Ilhas Oceânicas (RIO-B)» diminuirá o impacto causado por resíduos em ilhas turísticas

Este projecto B é a continuação e ampliação de um projecto de tipo A que o município de Karlsruhe desenvolveu entre Março de 2002 e Março de 2003 acerca do mesmo tema nas ilhas de San Andrés (Colômbia) e Santa Cruz de Galápagos (Equador).

Nesta nova etapa, às cidades-entidades participantes na fase A do projecto (Heidelberg/Alemanha, Santa Cruz, San Andrés e Coralina/Colômbia) vieram juntar-se dois novos municípios participantes: Arucas (Ilhas Canárias – Espanha) e Lima (Peru). Prevê-se que este projecto se inicie a 1 de Maio de 2004 e termine 24 meses mais tarde.

Em Santa Cruz de Galápagos, tal como em muitas ilhas oceânicas com grandes fluxos de turistas, a gestão dos resíduos é precária: o fornecimento de bens de consumo chega do continente para abastecer a população deixando uma grande quantidade de resíduos que não são reutilizados. Actualmente, só 3% dos resíduos produzidos na ilha de Santa Cruz são reciclados, enquanto os restantes são incinerados num parque nacional, património natural da humanidade.

Com o lançamento deste projecto pretende-se determinar um sítio para um novo aterro sanitário, assegurar o aterro existente, e aumentar assim significativamente a percentagem de resíduos reciclados. Para tal, uma área do novo aterro será destinada à compostagem de material orgânico e serão optimizados os mecanismos de recolha e transporte de resíduos.

Por outro lado, em San Andrés, apesar do plano de gestão dos resíduos ter mostrado importantes avanços, ainda é necessária a aplicação de um sistema sustentável de reciclagem. Na primeira etapa do projecto (tipo A), o aterro existente foi coberto com uma capa plástica para evitar a poluição das águas subterrâneas por líquidos infiltrados. Na segunda etapa, pretende-se fazer um saneamento do aterro sanitário existente e optimizar o sistema de transporte e gestão de



O aterro sanitário existente nas Ilhas Galápagos.

resíduos, sensibilizando a população para as questões ambientais. Tudo isto assegurará e melhorará a qualidade da biosfera local,

gerando novos postos de trabalho numa nova empresa municipal que será criada para a reutilização de resíduos sólidos. ■

Prefeitura de Caxias do Sul: a consolidação da identidade territorial através do turismo

Este projecto B parte das conclusões manifestadas pelos parceiros do projecto de tipo A «Roteiros turísticos e património da imigração italiana» que terminou em Janeiro de 2003.

Nesta fase, o projecto pretende desenvolver a nível latino-americano a formação em turismo, em particular para os jovens, na gestão do património material e não material como principal atracção turística. Estes programas de formação ficarão a cargo da Escola de Agroturismo que será criada em Caixas do Sul. Além disso, serão organizados diversos cursos técnicos em

enoturismo e em gastronomia na Europa. Em Bento Gonçalves, um Centro Empresarial em Artes e Ofícios será encarregado da qualificação profissional e da formação empresarial dos jovens.

Por outro lado, o melhoramento da capacidade de gestão pública do património histórico será conseguido através da realiza-

ção de inventários do património, da memória oral e de uma base de imagens que será criada em Flores da Cunha. Esta base coordenará a implementação de processos de digitalização fotográfica e a criação de museus virtuais em rede entre os parceiros.

Em geral, e através de acções complementares dos diversos parceiros, o projecto procura a valorização e o desenvolvimento de planos territoriais de protecção dos caminhos turísticos. ■

Ayuntamiento de Irun: aliança dos sectores público e privado para o desenvolvimento local

O projecto OBSERVA-NET, cujo coordenador é o Ayuntamiento de Irun (Espanha), retoma as conclusões e a metodologia adquiridas no projecto de tipo A «A concertação público-privada na esfera local», e, do ponto de vista da continuidade, incide no trabalho de alianças público-privadas para fomentar o desenvolvimento local.

Neste projecto de tipo B, participam todos os parceiros que tomaram parte no projecto de tipo A; além do Ayuntamiento de Irun como coordenador do projecto formam parte do mesmo o Ayuntamiento de Santa Cruz de Tenerife (Espanha), a Municipalidad de Hijuelas (Chile), a Municipalidad de Penco (Chile), a Municipalidad de Junín (Argentina), a Municipalidad de Trelew (Argentina); aderiram como novos parceiros deste projecto de tipo B a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (Portugal) e a Prefeitura de Rio Claro (Brasil).

São dois os objectivos principais do projecto:

- implementar, numa primeira fase, um observatório territorial e um instrumento de gestão para a informação em todos os territórios parceiros.

- levar a cabo três projectos-piloto de alianças público-privadas. Os dois primeiros (um a realizar na Europa e outro na América Latina) estão estreitamente ligados ao trabalho de observatório previamente realizado e têm como objectivo a obtenção de produtos resultantes do referido observatório (perfis profissionais emergentes, nichos de actividade empresarial, etc.).

O segundo centra-se no trabalho de alianças público-privadas no domínio do turismo, considerando este sector como um motor de desenvolvimento económico local. Este objectivo revelou-se através de um trabalho de detecção prévia já realizado: identificação e formulação de projectos na América Latina levado a cabo por Bidasoa activa (Ayuntamiento de Irun).

Os destinatários do projecto são câmaras municipais, organismos e entidades locais, técnicos locais, profissionais do sector emprego, bem como empresários.

Além das actividades necessárias para levar a cabo os dois objectivos principais, o projecto dá uma grande importância a actividades de formação, difusão e visibilidade, sensibilização, etc., que serão desenvolvidas ao longo de todo o projecto.

O projecto conta, por outro lado, com um espaço web, com um duplo objectivo: servir, por um lado, de instrumento de difusão e de comunicação entre os parceiros e, por outro, alojar o instrumento de gestão da informação (sistema de informação) na Internet. ■

Rosario SUMA: «Uma solução urbana de um ponto de vista alternativo»

O projecto propõe-se desenvolver e implementar estratégias de ordenamento urbano, integração social e articulação territorial, que encaminhem a reconversão de sectores em declínio e em abandono, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e as condições ambientais das cidades.

As estratégias de intervenção estarão centradas nas seguintes áreas:

- Formulação e execução de projectos de intervenção em espaços públicos abandonados e mal servidos por transportes em cada um dos municípios parceiros, no âmbito de uma abordagem metodológica integral.
- Formulação de uma metodologia de regeneração urbana de espaços degradados e desarticulados que permita o intercâmbio de experiências e possibilite a intervenção nas localidades parceiras.
- Reconversão da área do Parque Hipólito Yrigoyen da cidade de Rosario mediante o investimento em infra-estruturas e a

recuperação de um edifício de valor histórico.

- Criação de novos percursos do TUP (Transporte Urbano de Passageiros) de Rosario que integrem o Parque Hipólito Yrigoyen no sistema de espaços públicos da ribeira da cidade.
- Ordenamento das zonas vizinhas do Parque Hipólito Yrigoyen através de instrumentos que contemplem: uma política de requalificação urbana, a concertação público-privada, as experiências e os conhecimentos técnicos das cidades parceiras na temática.
- Criação de um atmosfera geral de compromisso social e encontro de cidadãos mediante o intercâmbio cultural entre as cidades parceiras e a cidade coordenadora, desenvolvendo actividades de diversa índole.

A metodologia de intervenção contempla dois eixos de trabalho:

- a promoção e o desenvolvimento das cidades parceiras na formulação e execução de um projecto de intervenção em espaços públicos abandonados e mal servidos por



Estação central de Córdoba

transportes, que responda à temática de gestão e controlo da urbanização, contribuindo para o ordenamento urbano, para a integração social e para a articulação territorial.

- a implementação de uma estratégia de intervenção na cidade coordenadora através da execução do Projecto Parque Hipólito Yrigoyen.

Estas duas instâncias terão como síntese a elaboração de uma metodologia de intervenção integral para a regeneração urbana de espaços degradados e desarticulados, que melhore a qualidade de vida dos habitantes e as condições ambientais das cidades. ■



Rosario. Parque Yrigoyen e ligação ao sistema de parques.

Comune Odense: os municípios ao serviço da formação e do emprego para mulheres na Costa Rica e na América Central

Através do processo vivido no projecto de tipo A, coordenado por Odense e executado principalmente na Costa Rica, foram dadas a vários grupos de mulheres as ferramentas para estabelecer as suas próprias empresas. Além disso, através da criação de Centros de Emprego, demonstrou-se a possibilidade de os municípios incentivarem localmente grupos de mulheres a entrar no mercado laboral formal, melhorando assim a sua situação económica.

Com a participação dos municípios de Cuenca, Equador, Nueva San Salvador, El Salvador, Escazú y Acosta, Costa Rica, TajoSalor, Extremadura, Espanha

e do Instituto Nacional das Mulheres da Costa Rica (INAMU), a Comune Odense, enquanto coordenador, procurou consolidar e ampliar estes resultados promissores.

O projecto B tem por objectivo central a criação de um Centro Regional de Formação para as mulheres a cargo das instâncias municipais. Este Centro dará aos municípios e instâncias locais a possibilidade de oferecer às mulheres acções de formação para melhorar a sua situação económica. O Centro terá uma oferta de acções de formação concebida e avaliada mediante um módulo para formadores/as ou multiplicadores/as.

Durante o projecto está prevista a formação de 240 mulheres com módulos para o emprego e o desenvolvimento de iniciati-

vas de geração de receitas. Segundo a experiência vivida no projecto anterior, espera-se que 30-40% das mulheres formadas entrem no mercado laboral mediante a criação das suas próprias empresas.

Além disso, ao estabelecer Centros de Emprego, os diferentes municípios aumentarão a visibilidade a nível local, melhorando a sua imagem de administração local ao serviço dos cidadãos, não somente em relação às mulheres que procuram emprego, mas também em relação às empresas privadas locais que possam melhorar as suas possibilidades na procura de trabalhadoras/es.

Ao fortalecer a capacidade formadora nos municípios, procura-se melhorar a sua capacidade técnica real para a criação de postos de trabalho. ■

Landeshauptstadt Stuttgart: «MOVI-MAN», um mediador ao serviço da mobilidade

As necessidades e os problemas das cidades e as regiões na temática da mobilidade urbana foram identificados no âmbito da coordenação da rede URB-AL Nº8 «Gestão da mobilidade urbana». A rede dispõe de 183 membros em 28 dos países da América Latina e da Europa.

Um resultado evidente do trabalho da rede Nº 8 é a constatação de uma falta de instrumentos de gestão. Existe frequentemente uma falta de clareza quanto às responsabilidades ou o défice administrativo no que trata tanto do conhecimento das necessidades reais dos protagonistas da mobilidade como factores locais específicos em relação ao impacto produzido.

Para esse efeito criará-se cargo de «gestor de mobilidade» que agirá como mediador e fará a relação entre os utilizadores da infra-

estrutura de transporte, por um lado, as autoridades responsáveis de este último e as empresas de transporte da zona, por outro lado.

As suas tarefas consistem a informar e a aconselheiro aos actores da zona respectiva todos os aspectos da mobilidade. Desta maneira, assegurar-se a entrega de uma melhor informação à administração sobre os problemas e os desafios especiais que são colocados à infra-estrutura de transporte da zona industrial respectiva. Esta acção permite a administração gerir mais eficazmente a mobilidade urbana (optimização da planificação do transporte, a encomenda do transporte e o regulamento do transporte).

O projecto Tipo B «Movi-Man» é coordenado pelo Município Stuttgart (<http://www.stuttgart.de/europa/urb-al>). A criação de cargo do «gestor de mobilidade» será efectuada na zona industrial «Wallgraben». Trabalham actualmente nesta zona (137 HA) cerca de

20.000 pessoas em 700 empresas. A fim de assegurar a transmissão dos resultados em toda a rede Nº 8 de URB-AL criar um «gestor de mobilidade» também em zonas industriais de Porto Alegre, o Brasil, e de Cartagena Indes, Colômbia. Os outros parceiros do projecto são o Fórum de Bizkaia (Espanha), Leicester (Inglaterra), Criciuma e Curitiba (Brasil), San o Salvador (El Salvador), e de dois parceiros externos, a Universidade Stuttgart e o Industrievereinigung Vaihingen-Möhringen (Associação industrial). ■

Contacto:

Sr. Ulrich Steimer
Bürgermeisteramt, Technisches Referat, Abteilung Verkehrsausbau und Investitionen
Marktplatz 1
70049 Stuttgart
Tal: + 49.711.216.2590
Telefax: + 49.711.216.8294
Correio electrónico:
ulrich.steimer@stuttgart.de

Mais de 60 projectos comuns concluíram as suas actividades no âmbito das 8 redes da primeira fase do programa

São já mais de 50 os projectos de intercâmbio de experiências que terminaram as suas actividades no âmbito das redes da primeira fase. Durante o primeiro semestre do ano, foram 13 os projectos comuns que terminaram as actividades.

Coordenador	País	Nº projecto	Título do projecto
Municipalidad de Arica	Chile	R2-P3-99	Centro – Barrio y Know How Local
Provincia di Perugia	Italia	R2-P3-00	La trasformazione dei centri storici ed il recupero del ruolo partecipativo della popolazione per forme di sviluppo sostenibile
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Brasil	R3-P2-00	Internet: Outil de perfectionnement de la Démocratie locale
Alcaldía de Manizales	Colombia	R3-P3-00	Juventud y participación ciudadana: prácticas, formación y acciones
Ayuntamiento de Córdoba	España	R3-P6-01	Los presupuestos participativos: hacia nuevas formas de gobernabilidad local
Ville Le Lamentin (Martinique)	France	R3-P9-01	Le budget participatif appliqué aux jeunes: un outil au service des politiques municipales en faveur de la jeunesse
Ville de Charleroi	Belgique	R4-P5-01	TURDEL: mise en œuvre d'une stratégie intégrée de développement touristique durable
Ayuntamiento de Rubí	España	R4-P12-01	Energías renovables y oportunidades de empleo ENERGIA+D
Comune di Ariccia	Italia	R6-P3-02	Améliorer l'environnement urbain: identifications des actions à mettre en œuvre en vue de la valorisation des espaces verts et de la revitalisation des centres historiques des zones urbaines
Prefeitura de Florianópolis	Brasil	R7-P4-01	Gestión de la Urbanización en ciudades turísticas
Mancomunidad de Municipios del Area Metropolitana de Barcelona	España	R7-P8-01	Organización de las Areas Metropolitanas e Instrumentos de Intervención
Regione Toscana	Italia	R7-P10-02	Identificación de instrumentos de Planificación de la urbanización: el enfoque multidisciplinar y integrado
Provincia de Treviso	Italia	R8-P9-01	Virtual Community for road safety. Prevention of road accidents and diffusion of the culture of safety

CONVITE A PRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Centro de Documentação URB-AL e Observatório da cooperação descentralizada local UE-AL

A Comissão Europeia decidiu confiar a coordenação de um Centro de Documentação URB-AL, por um lado, e de um Observatório da cooperação descentralizada local UE-AL, por outro lado, a dois consórcios de duas cidades - uma europeia e uma latino-americana - que tomou activamente parte ao desenvolvimento do Programa. A subvenção correspondente será um montante máximo de 800.000 euros e de 1.200.000 euros, respectivamente.

Por uma parte, a Comissão encarregou dois peritos independentes avaliar a primeira fase do Programa como um todo. Os resultados desta avaliação foram entregues em Fevereiro de 2004. Entre as principais recomendações da avaliação, esta sublinha a necessidade de dotar o programa de uma instância que permita assegurar a centralização, a conservação e a divulgação dos resultados das actividades do mesmo Programa.

Por outra parte, no âmbito da preparação da Cimeira de Guadalajara em Maio de 2004, a Comissão concedeu uma subvenção para a coordenação de uma **Conferência sobre a parceria local entre a UE e a América Latina**. A Conferência celebrou-se na cidade de Valparaíso do 22 ao 24 de Março de 2004. Entre as recomendações, expressas no Documento básico e na Declaração de Valparaíso, assinalara-se a pertinência da criação de

um Observatório da cooperação descentralizada entre autarquias locais UE-AL.

Estes dois convites à apresentação de propostas foram publicados em Julho de 2004. A data de recepção das propostas foi fixada ao 7 e 8 Outubro de 2004, respectivamente. Os documentos estão disponíveis sobre o sítio web de EUROPEAID <http://europa.eu.int/comm/europeaid/cgi/frame12.pl>

ENDEREÇOS

Os seus interlocutores na Comissão

Chefe da Unidade: Riccardo GAMBINI
Coordenadora: Vittorio TONUTTI
Gestores: Marc RIMEZ, Miguel ROMERO
Thierry FOURNIER-VILAY, Marie TILBURCK

Direcção:
COMISSÃO EUROPEIA
Serviço de Cooperação EuropeAid
Direcção América Latina
Unidade «Operações centralizadas – América Latina» E2
Programa URB-AL
J54 4/13
B -1049 Bruselas (Bélgica)
Teléfono: (32 2) 298 46 35
Fax: (32 2) 299 10 80



http://europa.eu.int/comm/europeaid/projects/urbal/index_es.htm

DELEGAÇÕES	PERSONA DE CONTACTO
Argentina	Constanza AJA ESPIL Tel.: 54-11- 4805.3759 constanza.aja-espil@cec.eu.int http://www.delarg.cec.eu.int/
Bolivia	Angel GUTIERREZ HIDALGO Tel: 591-2-278.22.44 angel.gutierrez-hidalgo@cec.eu.int http://www.delbol.cec.eu.int/
Brasil	María Cristina ARAUJO Tel.: 55- 61- 248.3122 – Fax: 55-61-248.0700 cristina.araujo@cec.eu.int http://www.delbra.cec.eu.int/
Chile	Joséphine ARPAILLANGE Tel: 56-2 -335.24.50 josephine.arpaillange@cec.eu.int http://www.delchl.cec.eu.int/
Colômbia y Equador	Carlos AYALA SAAVEDRA Tel: 57-1- 621.60.43 carlos.ayala-saavedra@cec.eu.int http://www.delco.cec.eu.int
México	Cristina MARTINEZ CASTELLANOS Tel: 52-55- 55 40 33 45 cristina.martinez-castellanos@cec.eu.int http://www.delmex.cec.eu.int/
Nicaragua – Costa Rica – El Salvador – Guatemala – Honduras	Inmaculada ROCA I CORTES Tel: 505 -270.44.99 - Fax: 505 270.44.84 Inmaculada.ROCA-I-CORTES@cec.eu.int http://www.delnic.cec.eu.int
Peru	José Luis ARTEAGA CESPEDES Tel: 51-1-212-11-35 jose-luis.arteaga-cespedes@cec.eu.int http://www.delper.cec.eu.int
Uruguai – Paraguai	Mylène TESTUT Tel: 598-2- 1944.0126 mylene.testut@cec.eu.int http://www.delury.cec.eu.int
Venezuela	Jean-Charles FIEHRER Tel: 58-212-991.51.33 Jean-charles.fiehrer@cec.eu.int http://www.delven.cec.eu.int

Os seus interlocutores nas redes

REDE N.º 6

Meio ambiente urbano

Coordenação: Ayuntamiento de Málaga
 Contacto: Pedro Marín Cots
 Endereço: Programa URB-AL - Red n.º 6
 Plaza de la Alcazaba s/n
 Edif. Aparcamientos
 E-29012 Málaga - España
 Tel: 34- 952 60. 27. 77
 Fax: 34 -952-22. 30. 92
 E-mail: red6@urbalmalaga.com -
 pmarin@ayto-malaga.es
 Internet: www.urbalmalaga.com

REDE N.º 9

Financiamento local e orçamento participativo

Coordenação: Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Contacto: Eduardo Mancuso
 Endereço: Programa URB-AL Rede 9
 Rua Uruguai 155/14º andar
 CEP 90010-140 - Porto Alegre – RS - Brasil
 Tél. 55-51-3289.3628 / 3651
 Fax 55- 51- 3211.1265
 E-mail emancuso@gp.prefpoa.com.br
 urbanlop@gp.prefpoa.com.br
 Internet: http://www.portoalegre.rs.gov.br/URBAL/

REDE N.º 10

Luta contra a pobreza urbana

Coordenação: Prefeitura Municipal de São Paulo
 Contacto : Sinoel Batista
 Endereço: Programa URB-AL Rede 10
 Palácio Anhangabaú - Viaduto do Chá, 15 -
 7o.andar
 CEP 01002-020 - São Paulo-SP
 Brasil
 Tel: 55-11-3113.8551 / 8554 / 8547
 Fax: 55-11-3113.85.48
 E-mail: urban10@prefeitura.sp.gov.br
 Internet: www.urban10.sp.gov.br

REDE N.º 12

Promoção das mulheres nas instâncias de decisão locais

Coordenação: Diputación Provincial de Barcelona
 Contacto: Eva Mª Gispert
 Gabinet de Relacions Internacionals
 Endereço: Còrcega 300, ppal. 1ª
 E - 08008 BARCELONA
 Tel: 34-93-40220.55
 Fax: 34-93-402.24.73
 E-mail: grii.red12urbal@diba.es
 Internet: www.diba.es/urbal12

REDE N.º 13

Cidade e sociedade da informação

Coordenação: Freie Hansestadt Bremen
 Contacto: Claire Klindt
 Endereço: Office Network 13
 Kreuzstrasse 72
 D -28203 Bremen
 Tel: 49- 421-3695.40
 Fax : 49- 421 3695.425
 E-mail: claire@whitebalance.de
 Internet: www.bremen.de/urb-al/

REDE N.º 14

Seguridade do cidadão na cidade

Coordenação: Municipalidad de Valparaíso
 Contacto: Gustavo Paulsen
 Endereço: Programa URB-AL Red 14
 Blanco 1663 – Oficina 1002
 Valparaíso - Chile
 Tel: 56-32 -939.571
 Fax: 56- 32- 939.572
 E-mail: red14@urbalvalparaiso.cl
 Internet: www.urbalvalparaiso.cl

Conferência sobre parceria local UE-AL

Coordenação: Municipalidad de Valparaíso
 Contactos: Gustavo Paulsen
 María del Huerto Romero
 Endereço: Conferencia URB-AL
 Blanco 1663- Oficina 1002
 Valparaíso - Chile
 Tel: 56-32-939.805
 Fax: 56-32-939.572
 E-mail: conferencia@conferenciaurbal.cl -
 mromero@conferenciaurbal.cl
 Internet: www.conferenciaurbal.cl

